

AGOSTO|2017 . ANO 25 . Nº 260

www.aiba.org.br

# INFORMaiba

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA

Mala Direta Postal  
Básica

9912307471/2014-DR/BA  
AIBA

...CORREIOS...

## Agricultores baianos protestam contra o Funrural e vencem na CCJ

*Movimentos como "tratorações" e bloqueios de rodovias pressionaram os senadores, que a aprovam por unanimidade o PRS nº 13/2017*



**04 INFRAESTRUTURA**  
*Entidades do agronegócio reivindicam melhorias nas estradas da região*

**05 INSTITUCIONAL**  
*Aiba inicia rodada de reuniões nas comunidades agrícolas*

**08 MEIO AMBIENTE**  
*Área do cerrado baiano conservada pelos produtores rurais é maior que área produtiva*



## Tecnologia

O agronegócio tem ganhado cada vez mais espaço em ambientes virtuais. A chegada do "Seu Gado", primeira rede de relacionamento e de negócios voltada exclusivamente para o agricultor e pecuarista, comprova essa versatilidade do homem do campo. Em apenas três meses de implantação, a plataforma on-line já conecta mais de 7 milhões de pessoas e empresas do setor agropecuário, se consolidando como a maior do País. Nela, o internauta encontra notícias do segmento e informações sobre a compra e venda de animais, produtos, imóveis e serviços rurais.

## Dia C (Dia de Cooperar)

As cooperativas agrícolas de Luís Eduardo Magalhães (Cooperfarms, Unibahia, Cooproeste e Coopernordeste) se uniram e lançaram uma campanha de doação de sangue, que vai de 29 de agosto a 1º de setembro. O objetivo é sensibilizar e fidelizar novos doadores, a fim de repor o estoque do Hemoba. Além da

coleta de sangue, o doador pode se inscrever no cadastro nacional de medula óssea. A iniciativa integra o programa nacional Dia C (Dia de Cooperar) – uma agenda estratégica do segmento impulsionada pela Organização das Cooperativas do Brasil (Sistema OCB). Participe desta corrente do bem. Seja um doador!

## Censo Agropecuário 2017

A Segri e o IBGE apresentaram o Projeto Básico do Censo Agropecuário 2017, que pretende mostrar as transformações nas atividades agropecuárias ocorridas nos últimos dez anos, além da política de redistribuição de terras, a expansão das fronteiras agrícolas, as alterações no uso do solo, o uso das práticas agrícolas, de conservação do solo e de tecnologias que envolvem a agropecuária. Com uma completa investigação da estrutura e da produção agrícola, da pecuária, da silvicultura e da aquicultura, o censo pretende levantar os dados nos estabelecimentos com atividades agropecuárias, florestais e aquícolas colhidas e/ou vendidas, bem como dos animais e do efetivo da lavoura permanente e da silvicultura existentes.

## Renegociação de Crédito

No último dia 25 de julho, o Banco Central publicou a Resolução nº 4.591 autorizando as instituições financeiras a renegociarem as operações de crédito rural de custeio e de investimento contratadas por agricultores ou por suas cooperativas de produção agropecuária, que tiveram prejuízos em decorrência de seca ou estiagem em municípios da área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), com decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública, com reconhecimento pelo Ministério da Integração Nacional (MIN). A referida resolução contempla as operações de crédito rural contratadas de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2016, inclusive aquelas prorrogadas por autorização do Conselho Monetário Nacional (CMN).

**AIBA DÁ BOAS VINDAS AO  
NOVO ASSOCIADO  
Lavoura e Pecuária Igarashi LTDA**

## ANIVERSARIANTES DE SETEMBRO DE 2017

01/09	JAIR DONADEL	14/09	LUIZ CATELAN	21/09	LIDIA MARIA DE SOUZA
02/09	DANIEL FERRI	14/09	OSMAR BOGIANO	21/09	MARCELO JUN SHIMOHIRA
03/09	DIVONSIR ANTONIO FELTRIN	14/09	PHILIP MORRIS BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTD	22/09	ALMIR FICAGNA
03/09	ERNANI EDVINO SABAI	15/09	ALDO MARONEZI	22/09	CLAUDIO GILBERTO VENTURINI BISOGNIN
03/09	GEORGE LONGO	15/09	DENISE PROCKSCH	22/09	WILSON BRENO ELGER
03/09	RENATO SOMAVILLA	15/09	JOSE LUIZ SGARIA	23/09	DANIELA BORGES ALVES MUMBACH
03/09	SOLANIA MARIA MALACARNE DI DOMENICO	15/09	MARCIO LUIS WALKER	23/09	GILMAR ANTONIO DENARDIN - ESPOLIO
04/09	ARLINDO RUTZ	15/09	VALDIR RIFFEL	23/09	LINO RUEDIGER
05/09	FRANCISCO GILBERTO BRANDT	16/09	CEZAR AGOSTINHO LAZZARI	24/09	DANIELA MISSIO
05/09	MILENA SOUZA CARVALHO	16/09	IGOR BORTOLIN	24/09	ITACIR TADEU DALMAGRO - VIVEIRO FLORESTAL
05/09	RONI EWERT	17/09	WILSON VIVAN	24/09	JUNIO SEIJI WATANABE
06/09	RAFAEL ABRAHMS KLEWER	18/09	CEDRICH ANTONIO BOMBARDA	25/09	AROLDO GELESKI FLORES MARAFIGA
07/09	CLAUDIMAR MAURI	18/09	JOAQUIM SELESTINO FREIRE	25/09	HEDER TODI SUJUKI
07/09	IRINEU JOSE VICINI	18/09	SAMUEL EPP	25/09	JOSE DA SILVA OLIVEIRA
07/09	LEOMIR PAULO DAHMER	19/09	LAVOURA E PECUARIA IGARASHI LTDA	25/09	LUIS ANTONIO MUTERLE
07/09	MARCOS AUDIR MAGARINOS	19/09	MASSAYOSHI SUGAWARA	25/09	MARCIANO FILGUEIRA DA VILA
07/09	ROGERIO JOAO MAGARINOS	20/09	HELENA MOREIRA VALENTE FRASSON	25/09	OSVALDO FAVRETTO
08/09	ALMIR FRANCISCO DE MORAES FILHO	20/09	LUIZ SERGIO LIBERALI	25/09	RAFAEL BARROS CORREIA
08/09	LOURIVAL DE LIMA ALINO	20/09	LUIZ SERGIO PARANHOS FERREIRA FILHO	26/09	VILSON ANGELO FOLADOR E OUTROS
08/09	LUIZ ANTONIO QUINTELLA CANSANCAO	20/09	PATRICIA KYOKO PORTOLESE MORINAGA	27/09	DEOMIR TERRA
09/09	ROGERIO ARNILDO TIMM	21/09	DANIEL FERNANDO KUHN	27/09	JOSEANE LAURIANO FERREIRA REGINATTO
11/09	EDSON APARECIDO BOLONHINI	21/09	DAVID MARCELINO ALMEIDA SCHMIDT	27/09	OSORIO RIPOL JUNIOR
11/09	HERCULANO ANTONIO REINERT	21/09	GLAUBER DE CASTRO	27/09	WILSON COLLA
11/09	TOPVEL TROPICAL VEÍCULOS E PEÇAS LTDA	21/09	JOAOVANE DIMAS IGNACIO	30/09	EDMUNDO DE MOURA LEITE FILHO
12/09	MAURICIO DAVID RIGO	21/09	JULIO CESAR MARQUES ANDRADE	30/09	TATIANE SCHOSSLER DI DOMENICO

# Entidades do agronegócio buscam melhorias de infraestrutura para a região de Cocos



Com o intuito de apresentar as demandas do agronegócio da região, representantes da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba) e da Associação Baiana de Produtores de Algodão (Abapa) acompanharam o governador da Bahia, Rui Costa, durante visita do mesmo, no último dia 12 de agosto, à cidade de Cocos, no oeste da Bahia.

Entre as ações solicitadas ao governador, estão a recuperação das vias que ligam a cidade às fazendas da região. "A precariedade das estradas da região de Cocos compromete o escoamento da produção das propriedades lá instaladas. Com essa obra, conseguiremos avançar na logística de caminhões e outros transportes e, até, melhorar o valor do frete", destacou Ce-

lestino Zanella, presidente da Aiba. Ainda durante a visita, foi acertado que este e outros assuntos do setor agrícola serão discutidos e definidos em Salvador, em uma audiência entre os representantes das entidades e o governador. Além dos presidentes das Associações, acompanharam a visita os diretores da Aiba Jarbas Bergamaschi e Hélio Hoppe.

INFORMaiba

Publicação mensal pela Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia - Aiba

REDAÇÃO E EDIÇÃO: Catiane Magalhães - DRT-BA: 2845  
APRÓVAÇÃO FINAL: Rosi Cerrato  
PROJETO GRÁFICO: Marca Studio de Criação  
EDITORAÇÃO: Gabi Corsasi Designer Gráfico  
IMPRESSÃO: Gráfica Irmãos Ribeiro  
TIRAGEM: 2.000 exemplares

aiba

Av. Ahyllon Macêdo, 919  
Morada Nobre, Barreiras/BA | CEP: 47.810-035  
Tel.: 77 3613.8000 | Fax: 77 613.8020

Comentários sobre o conteúdo desta publicação, sugestões e críticas, devem ser encaminhados para o e-mail [imprensa@aiba.org.br](mailto:imprensa@aiba.org.br). A reprodução parcial ou total do conteúdo desta publicação é permitida desde que citada a fonte.



## Representantes da Aiba e Abapa levam pleitos dos agricultores ao governador Rui Costa



Em Brasília, os presidentes da Aiba e da Abapa, Celestino Zanella e Júlio César Busato, respectivamente, se reuniram, nesta quarta-feira (23), com o governador da Bahia, Rui Costa, que também está na capital federal. No encontro, os representantes do agronegócio baiano trataram de assuntos de interesse do setor, a exemplo do Programa de Incentivo à Cultura do Algodão da Bahia (Proalba), do Programa de Desenvolvimento da Agropecuária (Prodeagro) e Segurança Jurídica para a categoria. A reunião atende a uma solicitação do próprio governador, que, em recente visita à região, manifestou o interesse de voltar a discutir esses temas com os representantes das duas principais entidades do agronegócio baiano.

## Aiba e Seinfra se reúnem para discutir a conservação das estradas



O vice-presidente da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba), Luiz Antônio Pradella, esteve em Salvador, em audiência com o secretário de Infraestrutura da Bahia, Marcus Cavalcanti, para discutir melhorias de infraestrutura para o oeste baiano. Entre elas, a conservação das rodovias.

A região, grande polo agrícola, recebeu no último ano grandes obras em suas estradas, a exemplo da recuperação de 78 km da BA-225 na região da Coaceral; a reforma de 57 km do trecho da BA-459 e 460, conhecida como "Anel da Soja"; e 100 Km de operação tapa buraco, também nestas rodovias, feita pelo governo do Estado. Já na BA-463,

que liga a cidade de São Desidério ao trecho da BR-020, foram 150 Km de operações tapa buraco com recurso proveniente do Programa para o Desenvolvimento da Agropecuária (Prodeagro), uma parceria do governo estadual com os agricultores. Para que os serviços de recuperação das BAs 225, 459 e 460 tenham durabilidade, a Aiba solicitou a manutenção dessas rodovias através de uma camada de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), o mais nobre dos pavimentos. "É imprescindível que essas estradas recebam o CBUQ o quanto antes. Só assim teremos uma maior vida útil do asfalto e garantimos o bom escoamento da próxima safra", relatou Pradella. Na oportunidade, também foi solicitado a reforma da BA-463, de São Desidério. Cavalcanti explicou que para a BA-225 foi fechado um contrato de manutenção de 5 anos e que as obras devem começar em setembro, garantindo a qualidade da estrada para os próximos anos. Também foi pauta da reunião a construção das pontes do Rio Sapão e Rio Preto, executadas com recursos do Prodeagro. Depois de explanada a situação do projeto, foi acordado que será necessário uma revisão orçamentária para garantir a sua continuidade.

## Aiba inicia rodada de reuniões nas comunidades agrícolas da região



Pelo quarto ano consecutivo, a Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba) realiza, nos meses de agosto e setembro, as rodadas de reuniões nas comunidades agrícolas do oeste baiano. As visitas às localidades produtivas têm como finalidade mostrar os trabalhos desenvolvidos pela entidade em sua área de abrangência, e aproximar os associados da diretoria, através de uma conversa franca onde o agricultor expõe as suas demandas. A primeira comunidade a receber a caravana itinerante foi Cascudeiro, no município de Baianópolis. No encontro, realizado no dia 16, foram discutidos temas como a Operação Safra, Programa Fitossanitário da Soja, Programa Soja Plus, infraestrutura da região, entre outras ações. Cerca de 40 produtores rurais participaram da reunião. Na área de fitossanidade, o presidente da

Associação, Celestino Zanella, apresentou o Programa de Combate à Ferrugem Asiática da Soja, que está na fase de visita e formação de núcleos regionais com produtores líderes, seguindo o modelo adotado pelo Programa Fitossanitário do Algodão, da Associação Baiana de Produtores de Algodão (Abapa). Para esta etapa, o presidente da Aiba ressaltou a importância da participação dos produtores da comunidade, principalmente no preenchimento do cadastro. "Os fungicidas estão perdendo efeito, por isso a importância de nós fazermos essas reuniões, por isso a importância de vocês participarem", disse. Zanella ressaltou, ainda, que o programa é resultado da união de várias entidades. Coordenado pela Aiba, o combate à ferrugem asiática conta com o apoio da Adab, Seagri, Mapa, Fundação Bahia, Uneb/Barreiras, Aciagri, Faeb/Sindicatos dos Produtores Rurais, Agroleim,

AEAB, Aprosem e Aprosoja/BA. Durante a reunião, as ações do Programa Soja Plus também foram exibidas. O coordenador da equipe que está no trabalho de campo, Samuel Lopes, mostrou aos participantes como o programa vem sendo desenvolvido na Bahia e a importância da adequação da propriedade nas questões trabalhistas, econômicas e ambientais. Em relação à infraestrutura, foi citada a recuperação da BR-460, no trecho que liga a sede de Baianópolis à comunidade de Cascudeiro. O seguimento de 30 km passará por obras, financiadas com recursos do Prodeagro (Programa de Desenvolvimento da Agropecuária), dos produtores da comunidade e contará com o apoio da prefeitura de Baianópolis. Além de técnicos da Aiba, a reunião contou com a participação do Sindicato dos Produtores Rurais de Luís Eduardo Magalhães.



# Conab eleva previsão de safra para 238 milhões de toneladas



A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) voltou a revisar para a cima sua estimativa para a safra de grãos 2016/2107. No 11º Levantamento referente ao período, divulgado no início do mês, o número passou para 238,224 milhões de toneladas, o crescimento de 27,7% em relação à colheita do ciclo anterior (186,610 milhões).

“Foram responsáveis por esta supersafra, além de pequena ampliação de área em 4%, as condições climáticas favoráveis e o aumento da produtividade média de todas as culturas, à frente soja e milho, que tiveram alto nível de aplicação tecnológica”, diz a Companhia, em nota referente ao penúltimo levantamento da safra 2016/2017.

A estimativa para a produção de soja reforçou o cenário de safra recorde, sendo revisada de 113,93 milhões para 114,04 milhões de toneladas. O crescimento é de 19,5% em relação à colheita da temporada 2015/2016, estimada pela Conab em 95,43 milhões de toneladas.

“O excelente desenvolvimento da oleaginosa foi respaldado pelo comportamento do clima em

praticamente todas as regiões do país”, resume a Conab, no relatório.

Os técnicos também aumentaram o volume esperado para a produção de milho. Somadas a primeira e a segunda safras, a colheita total passou de 96,025 milhões para 97,191 milhões de toneladas do cereal. Do total, 30,508 milhões foram colhidos no verão e outros 66,683 milhões de toneladas estão sendo colhidos na segunda safra. “A produtividade está superando as expectativas iniciais e, com isso, aumentando a produção estimada para 97,2 milhões de toneladas, sendo esta a maior produção de milho já registrada”, diz a Companhia.

Outra cultura que teve a safra revisada para cima foi a de arroz. A estimativa da Companhia passou de 12,317 milhões para 12,326 milhões de toneladas, aumento de 16,3% em relação ao ciclo 2015/2016. Apenas das lavouras de arroz irrigado devem sair 11,094 milhões de toneladas.

A estimativa para a produção de algodão foi revisada de 2,230 milhões para 2,288 milhões de toneladas de algodão em caroço e de 1,484 milhão para 1,523 milhão de toneladas de pluma. Nos dois casos, o aumento é de 18% em

relação à safra passada.

De outro lado, a Conab fez uma correção para baixo na estimativa para o feijão. Somados os três ciclos anuais, o número passou de 3,364 milhões para 3,354 milhões de toneladas das variedades carioca, preto e caupi. Do total, 1,388 milhão de toneladas são da primeira safra, 1,251 milhão da segunda e 750,3 mil toneladas da terceira safra.

## CULTURAS DE INVERNO

Outra estimativa revisada para baixo foi a das culturas de inverno, que passou de 6,902 milhões para 6,572 milhões de toneladas. A redução foi liderada pelo trigo, com a expectativa reduzida de 5,578 milhões para 5,196 milhões de toneladas, uma produção 22,8% menor que a da safra passada.

As produções de aveia e cevada devem crescer neste ano, com colheitas estimadas em 846,8 mil (+2,3%) e 387,8 mil toneladas (+3,5%), respectivamente. A safra de centeio deve aumentar 38,5% na comparação com 2016, chegando a 9 milhões de toneladas.

# Fundeagro



Para a safra 2017/2018, na Bahia, o Fundo para Desenvolvimento do Agronegócio do Algodão (Fundeagro) vai investir mais de R\$ 7 milhões. O valor foi aprovado, em assembleia geral realizada no início do mês, que analisou e selecionou os projetos inscritos no edital nº 001/2017, que serão executados pela Aiba, Abapa, Fundação Bahia, Abrapa e Adab.

Ao todo, foram aprovados 12 projetos que têm o objetivo de promover avanços tecnológicos e garantir a sustentabilidade da cotonicultura no Estado, a exemplo de ações estratégicas para o fortalecimento da cadeia, projetos de melhoramento genético, fitossanitário, entre outros.





## Área do cerrado baiano conservada pelos produtores rurais é maior que a área produtiva



Segundo dados iniciais do Cadastro Florestal de Imóveis Rurais (Cefir), que corresponde na Bahia ao CAR Nacional, dos 9,1 milhões de hectares inseridos no bioma Cerrado na região, 4,5 milhões estão conservados e 3,1 milhões são produtivos

O oeste da Bahia, um dos maiores polos de produção de grãos e fibra do Brasil, possui uma área consolidada de 3,1 milhões de hectares, de acordo com os dados atualizados da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba). Estes números correspondem a 36% do total de área aberta para diferentes usos, incluindo as atividades de lavoura e pecuária. Com 51%, até então, de adesão na região ao CAR/Cefir, o agricultor do oeste baiano tem mostrado a sua importância para a conservação do cerrado e manutenção dos serviços ecossistêmicos, considerando que os números iniciais da área total do CAR apontam a existência de uma área aproximada de 4,5 milhões de hectares com remanescentes de vegetação nativa em diferentes fisionomias do Cerrado (campestres, savânicas e florestais). Além disso, os valores indicam que as áreas consideradas conservadas, preservadas e/ou em processo de recuperação são maiores em propriedades privadas (4,5 milhões de hectares) do que as áreas atualmente estabelecidas como Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável (Federal, Estadual e Municipal) implantadas na região, que é de 1,9 milhão de hectares.

O oeste da Bahia, portanto, segue o exemplo de outras regiões do país. Estudos recentes conduzidos pela Embrapa (2017) apontam que dos 850.280.588 hectares que compõem o território brasileiro, 61% encontram-se conservados com vegetação nativa, em propriedades rurais como áreas de Reserva Legal (RL) e Áreas de Preservação Permanente (APPs), Unidades de Conservação, terras indígenas e terras devolutas constituídas entre outros por relevos e águas interiores. Os outros 39% do território nacional, estão distribuídos entre áreas ocupadas 8% por lavouras e florestas plantadas; 19,7% com pastagens e 11,3% com cidades, infraestrutura, mineradoras, entre outras. Neste sentido, a busca pelo desenvolvimento sustentável, através de ferramentas legais para a regularização ambiental das propriedades rurais, boas práticas agrícolas e a aplicação de novas tecnologias, promoveu a maximização da utilização das áreas já consolidadas no Brasil. "O produtor rural, principalmente o baiano, sabe que o desenvolvimento sustentável é seu grande aliado para melhorar cada dia mais a sua produtividade. E por isto, que ele tem adotado modelos que associam os desafios de produção, cumprimento legal e a adoção de boas

práticas agropecuárias, trazendo eficiência em todas as etapas do processo, com manejo adequado do solo e da água e gestão de resíduos", ressaltou Alessandra Chaves, diretora de Meio Ambiente da Aiba.

### PROJETOS AMBIENTAIS

Certos que a sustentabilidade é o caminho para o futuro do agronegócio, a Aiba, juntamente com os seus produtores associados, realiza projetos que possuem o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável na região. Entre eles, estão o Centro de Regularização Ambiental, que orienta o agricultor sobre as questões ambientais legais da propriedade; o Projeto de Manejo de Solo, que incentiva as boas práticas agrícolas no plantio; e a pesquisa sobre o Potencial Hídrico do oeste da Bahia, que irá monitorar e quantificar as águas do sistema aquífero Uruçuia. "A Associação busca, através de seus projetos na área de sustentabilidade ambiental, fornecer subsídios para que o agricultor possa conduzir a sua propriedade mantendo equilíbrio na produção associada ao cumprimento da legislação vigente, e assim, colaborar para ele fazer o que mais sabe fazer: produzir", destacou o presidente da Aiba, Celestino Zanella.

## Pesquisa da Embrapa mostra que produtor é quem mais preserva o meio ambiente



O produtor rural brasileiro é quem mais preserva o meio ambiente, de acordo com dados de um estudo apresentado pelo pesquisador e chefe-geral da Embrapa Monitoramento por Satélite, Evaristo de Miranda, aos integrantes do Conselho do Agro, na sede da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Segundo Evaristo de Miranda, atualmente 20,5% da cobertura vegetal nativa conservada

está dentro de propriedades rurais, percentual superior a toda a área protegida das unidades de conservação no território nacional. No encontro, o pesquisador apresentou um mapeamento do uso e da ocupação da terra no país, com base nos dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR), que mostra a situação da produção agropecuária e da preservação ambiental no Brasil. Segundo o trabalho, o Brasil tem 67% do seu território total preservado.

Outro ponto abordado na 8ª reunião do Conselho do Agro foi a relação entre geopolítica e o agronegócio na palestra do diretor da Secretaria de Planejamento Diplomático do Ministério das Relações Exteriores, Braz da Costa Baracuchy Neto. A reunião esteve sob a coordenação do diretor-executivo da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), Luiz Cornacchioni, que ainda lembrou da importância do Censo Agropecuário 2017. (Ascom CNA)



# Começa a terceira etapa das oficinas para elaboração do Plano de Manejo da APA da Bacia do Rio de Janeiro



A elaboração do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) Bacia do Rio de Janeiro foi pauta das reuniões que aconteceram entre os dias 26 de julho a 01 de agosto, em Luís Eduardo Magalhães, Vau do Teiú e Barreiras, dando continuidade às Oficinas de Planejamento Participativo (OPPs). Os encontros tiveram a participação de produtores rurais, representantes de órgãos ambientais e moradores das comunidades que estão inseridas nesta Unidade de Conservação Estadual (UC), localizada no oeste da Bahia.

Durante as primeiras OPPs, que ocorreram no primeiro semestre do ano, foram apresentados os passos do Plano de Manejo e a importância da Unidade de Conservação para essa região. Além disso, neste período, também foram conduzidos trabalhos de reconhecimento de campo que, posteriormente, possibilitaram formular o diagnóstico do meio físico, socioeconômico e biológico da APA Bacia do Rio de Janeiro. Nesta terceira etapa de oficinas (OPP2 e OPP3), foi apresentado o zoneamento preliminar, baseado no diagnóstico conduzido em campo.

"Esse foi um momento de inserção das percepções e expectativas da população local para o território, na busca por um impacto social para o desenvolvimento sustentável das atividades

produtivas e melhoria de qualidade de vida das comunidades", enfatizou Marcos Pinheiro da Greentec Tecnologia Ambiental, empresa executora do projeto.

Nas etapas anteriores, as oficinas aconteceram em paralelo à formação do Conselho Gestor, o qual fará a gestão e o planejamento da APA Bacia do Rio de Janeiro. Neste Conselho, formado por 30 membros (sociedade civil, poder público e empreendedores locais). A Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba) elegeu dois representantes, entre eles, a diretoria de Meio Ambiente, Alessandra Chaves; e o analista Ambiental, Eneas Porto.

Segundo Alessandra, as normas estabelecidas para a UC também devem estar de acordo com o Código Florestal vigente, associadas adoção de boas práticas em todo processo produtivo. "Todos temos objetivos comuns e convergentes que é a sustentabilidade ambiental", destaca Chaves. Já Eneas Porto lembra que "o zoneamento e os produtos gerados a partir do plano de manejo irão permitir melhor gestão da APA do Rio de Janeiro e podem servir de subsídio para tomada de decisões que busquem o ordenamento desse território".

A APA da Bacia do Rio de Janeiro é uma Uni-



dade de Conservação de Uso Sustentável, cujo gestor é o Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (Inema). Esta UC ocupa uma área de aproximadamente 350 mil hectares e engloba toda a bacia hidrográfica do Rio de Janeiro, incluindo também as Cachoeiras do Acaba Vida e Redondo. É uma área de importância ambiental, social e cultural para a região. O superintendente do Instituto Aiba, Helmuth Kieckhofer, afirma que "estas ações trouxeram um novo olhar para a APA, não somente nas questões ambientais, mas também sociais".

O projeto tem a supervisão do governo do Estado, por meio do Inema, conta com o apoio do Instituto Aiba, através do Centro Ambiental da Aiba, sendo executado pela empresa Greentec, e é financiado pela Fundação Solidaridad e Idh - The Sustainable Trade Initiative.

# Sistema Campo Limpo é sucesso no oeste baiano



Um saldo de 950 pessoas e sete escolas envolvidas. Os números são do Dia Nacional do Campo Limpo (DNCL) Portas Abertas, organizado pelas centrais Campo Limpo gerenciadas pela Associação do Comércio de Insumos Agrícolas (Aciagri) no oeste baiano. Junto com outras 100 centrais espalhadas pelo Brasil, as unidades de Barreiras, Roda Velha e Rosário abriram suas portas para a comunidade na sexta-feira, 18 de agosto, e celebraram os excelentes resultados da logística reversa de embalagens vazias de defensivos agrícolas no Brasil e reconheceram os elos da cadeia do Sistema Campo Limpo (agricultores, canais de revenda e cooperativas, indústria fabricante e Poder Público).

Na região, a ação reuniu agricultores, estudantes, canais de distribuição, autoridades e comunidade local. Uma série de atividades socioeducativas foram promovidas nas centrais, com destaque para visita guiada na unidade de processamento de embalagens vazias, área de recreação, gincanas educativas com temas envolvendo educação ambiental e primeiros socorros, oficinas de segurança e saúde ocupacional, distribuição de mudas nativas, lança-

mento de projetos especiais na área ambiental, apresentação teatral, mini palestras com os temas resíduos sólidos e saúde bucal, além de homenagens os elos locais que contribuem com a conservação ambiental.

Para a gerente Ana Lucia indispensável na formação das pessoas, pois através desta ação teremos agentes transformadores e multiplicadores de conhecimento e de novas ações de responsabilidade socioambiental, garantindo a vida das gerações futuras", disse.

Além do tradicional Portas Santana, da Central de Rosário, o DNCL assume importância estratégica na cultura da responsabilidade socioambiental. "A promoção do DNCL se tornou Abertas, as unidades ainda promovem durante todo o mês de agosto outras quatro ações: o DNCL na Escola, organizado pelos professores das escolas do entono, com intuito de promover a conscientização ambiental junto aos seus alunos; o DNCL Universitário, que promove ações voltadas para estudantes de ensino médio e universitários; o Dia de Campo, evento responsável pela difusão de novas tecnologias e soluções sustentáveis entre agricultores; e a Ação Comunitária, que estimula o envolvimento da comu-

nidade em práticas a favor do meio ambiente.

Dia Nacional do Campo Limpo - foi instituído no calendário brasileiro em 18 de agosto, por meio da Lei Federal 11.657 de 16 de abril de 2008. Cerca de um milhão de pessoas, de todo o país, já participaram das comemorações. A celebração da data é realizada pelas centrais de recebimento de embalagens vazias, com apoio do inPEV, seus associados fabricantes de defensivos agrícolas, entidades representativas do setor (Abag, Aenda, Andav, Andef, Aprosoja, CNA, OCB e Sindiveg), organizações públicas (governo municipal e estadual) e privadas, além de outros apoiadores locais.

Sistema Campo Limpo - Gerenciado pelo inPEV, o Sistema Campo Limpo tem como base o princípio das responsabilidades compartilhadas entre todos os elos da cadeia produtiva (agricultores, fabricantes e canais de distribuição, com apoio do poder público) para realizar a logística reversa de embalagens vazias de defensivos agrícolas. O Brasil é referência mundial na destinação ambientalmente correta do material, encaminhando 94% de embalagens plásticas primárias para reciclagem ou incineração. (Ascom Aciagri)



## Curso de “Pragueiro” capacita profissionais para atuar nas propriedades rurais



O Programa de Desenvolvimento da Agropecuária (Prodeagro) em parceria com o Instituto Aiba, Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef) e Sindicato dos Produtores Rurais de Barreiras/Senar realizou, no início do mês, o Curso de Identificação e Monitoramento de Pragas, nas dependências da Fazenda Modelo, em Barreiras. Esta é a segunda vez que ocorre a formação, cujo objetivo é qualificar pragueiros e atender a demanda de contratação nas propriedades rurais do oeste da Bahia.

O “pragueiro” é um dos profissionais mais procurados pelas fazendas. Sua função é monitorar as lavouras identificando, o quanto antes, possíveis pragas e, dessa forma, diminuir custos com os defensivos agrícolas através do manejo integrado. Pensando nesta procura, Thiago Lopes, 19 anos, formado em Técnico em Agropecuária, viu no curso uma maneira de se qualificar e conseguir o seu primeiro emprego. “O meu objetivo, fazendo esse curso, é arranjar uma vaga em alguma das fazendas da região já para esta próxima safra”, ressaltou ele.

Nas aulas teóricas e práticas, os alunos conheceram e aprenderam a identificar as principais

pragas que acometem a região. Nesta turma, além de técnicos formados, muitos estudantes das universidades locais que cursam o último ano de agronomia participaram do curso. Entre eles, uma professora e dois alunos da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) do campus da cidade de Barra, que foram convidados pelos organizadores do curso.

“Eu sou do sudoeste da Bahia, e lá não tem

soja, algodão ou milho, portanto, essas culturas são novas para mim. O curso me deu um melhor conhecimento sobre as pragas da região oeste para que eu possa passar isso para os meus alunos na Barra”, destacou a professora de entomologia da Ufob, Ana Ribeiro.

Com as fazendas cada vez mais digitais, a novidade para esta segunda turma foi a aula de tecnologia aplicada no manejo de pragas, ministrada pelo professor Alexandre Fachinello, que apresentou um aplicativo para IOS chamado Farmbox para as culturas de soja, milho, algodão, feijão, cana de açúcar e café. Com o aplicativo é possível monitorar e saber a hora certa da aplicação de produtos para combater as pragas que possam atacar a lavoura que está sendo examinada. “O app traz praticidade e agilidade para o “pragueiro” e o produtor rural”, destacou Fachinello.

Para o superintendente do Instituto Aiba, Helmut Kieckhöfer, o objetivo do curso vai além da capacitação profissional, “mostra a diversidade da região através de suas culturas, suas particularidades e os desafios que os profissionais daqui e de fora, como os estudantes convidados da Barra, terão caso venham trabalhar no oeste baiano”, lembrou ele.

O curso foi ministrado por professores doutores e profissionais de referência na área de defesa vegetal de vários locais do Brasil. Após a conclusão, os participantes receberam um certificado e os interessados serão cadastrados no banco de talentos do Sindicato dos Produtores Rurais de Barreiras.



## Blairo Maggi prevê avanços na modernização dos processos de registro de defensivos agrícolas



Um diagnóstico detalhado, seguido de orientações para a modernização do sistema regulatório de defensivos agrícolas no Brasil, foi entregue ao ministro da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa), Blairo Maggi, pelo vice-presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa) e presidente da Câmara Temática de Insumos Agropecuários (CTIA), Júlio César Busato, e pelo diretor executivo da Abrapa, Marcio Portocarreiro. O dossiê é resultado de quase um ano de pesquisa e foi realizado por um Grupo de Trabalho (GT), designado no âmbito da CTIA, que espera que os dados levantados possam orientar a tomada de decisões pelo governo federal para desburocratizar o registro de produtos novos e genéricos para a defesa fitossanitária. De acordo com Maggi, de posse dos dados, o Mapa tem subsídios para promover mudanças mais acertadas na legislação, visando a

desburocratização dos processos, que hoje consomem em torno de oito anos para o registro de um produto novo, e de seis, para um genérico. “Agora temos uma análise profunda e detalhada, feita em colaboração pelos diversos setores agrícolas e pela indústria, que vai nos permitir avançar nas mudanças que estão em andamento”, disse o ministro. Na reunião, também estava presente o secretário de Defesa Agropecuária do Mapa, Luís Eduardo Rangel. A cada ano, 400 novos pedidos de registro são protocolados no sistema pelas empresas fabricantes. Em 2016, desse total, apenas 277 foram registrados, sendo que, destes, somente cinco são produtos novos.

De acordo com Júlio Busato, o estudo é um raio x do setor, e tem como foco os gargalos que fazem com que o Brasil perca competitividade ante os seus concorrentes, e comprometem a renda do produtor rural. “Identificamos

os problemas e propomos soluções factíveis, com recomendações que, se implementadas, vão beneficiar não somente o setor agrícola, mas toda a sociedade brasileira”, afirma Busato, também presidente da Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa).

Coordenado pela Abrapa, o GT também foi integrado pela Embrapa, Associação dos Produtores de Soja do Brasil (Aprosoja Brasil), Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Defesa Vegetal (Sindiveg), União dos Fabricantes Nacionais de Fitossanitários (Unifito), Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (Andav) e Associação das Empresas Brasileiras de Controle Biológico (ABCBio). (Ascom Abrapa)



## Bahia terá novo período de vazio sanitário da soja



A partir da safra 2017/18, o Estado passa a ter 100 dias de vazio sanitário no período entre 01 de julho a 08 de outubro



Com o objetivo de fortalecer o sistema de produção agrícola da soja na Bahia, o setor produtivo se reuniu, no início do mês, com representantes do governo do Estado, para definir ações de prevenção e controle da Ferrugem Asiática. O encontro ocorreu em Luís Eduardo Magalhães. As medidas foram apresentadas para os produtores rurais presentes e aprovadas pelo Comitê Estadual de Controle da Ferrugem Asiática da Soja (CTR), o qual a Aiba faz parte.

Além do novo período de vazio sanitário, que passa a ser 01 de julho a 08 de outubro (100 dias) – antes era entre 15 de agosto a 15 de outubro, somando 60 dias – também foram aprovadas a data final de plantio da cultura para 15 de janeiro e a data de finalização da colheita para 30 de maio. A portaria com as novas datas será publicada pela Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (Adab) assim que finalizar a vigência da portaria atual.

O Comitê Estadual de Controle da Ferrugem Asiática da Soja (CTR) é formado, além da Aiba, pela Adab, Secretaria de Agricultura da Bahia (Seagri), Superintendência Federal de Agricultura (SFA/Mapa), Fundação Bahia, Universidade Estadual da Bahia (Uneb/Barreiras), Associação

Comercial de Insumos Agrícolas (Aciagri), Federação da Agricultura e Pecuária da Bahia (Faeb/Sindicato dos Produtores Rurais), Associação dos Engenheiros Agrônomos de Luís Eduardo Magalhães (Agrolem), Associação dos Engenheiros Agrônomos de Barreiras (AEAB), Associação dos Produtores de Semente de Soja do Matopiba (Aprosem) e Associação dos Produtores de Soja e Milho da Bahia (Aprosoja/BA).

### OUTRAÇÃO

A ferrugem asiática já é uma velha conhecida dos produtores baianos. O primeiro caso da doença foi registrado na safra de 2003/2004, mas foi controlada. Hoje, uma mutação ou adaptação do fungo tem criado resistência à ação dos fungicidas existentes no mercado, dificultando o combate à doença.

Por este motivo, foi discutido e também apro-

vado pelos produtores rurais, a implantação do Programa Fitossanitário de Combate à Ferrugem Asiática da Soja, que formará núcleos regionais com produtores líderes, seguindo o modelo adotado pelo Programa Fitossanitário do Algodão da Associação Baiana de Produtores de Algodão (Abapa), já existente e com ótimos resultados na região.

O projeto contará com uma equipe de profissionais que realizarão visitas em todas as áreas de soja em propriedades cadastradas, monitorando e orientando sobre as melhores opções para o controle do fungo, além de prestar informações sobre prazos para plantio, destruição de tigüeras, entre outras.

O programa será coordenado pela Aiba, com apoio da Adab, Seagri, Mapa, Fundação Bahia, Uneb/Barreiras, Aciagri, Faeb/Sindicatos dos Produtores Rurais, Agrolem, AEAB, Aprosem e Aprosoja/BA.

## Adab debate sobre a aquisição e o uso do benzoato de emamectina na região



A diretora de Defesa Vegetal da Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia – Adab, órgão vinculado à Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura – Seagri, Rosângela Schettini Knupp, esteve na coordenadoria regional de Barreiras, no início do mês, onde realizou uma reunião com coordenador regional, Pedro José Custódio Neto, e representantes de empresas registradas e credenciadas junto ao Órgão para discutir sobre a aquisição, uso e controle do benzoato de emamectina na região.

O benzoato de emamectina é um inseticida que atua no combate de larvas de lepidópteros (lagartas) nas plantações de espécies agrícolas de interesse econômico. Nas últimas safras,

ataques severos de lagartas nas principais culturas da região do Cerrado foram relatados por produtores empresariais. A suspeita predominante recai sobre a ocorrência de populações de *Helicoverpa armigera* (Lepidoptera; Noctuidae), causando, conforme sua especificidade, severos danos em diversas cultivares nas lavouras de milho, soja e algodão.

O gênero *Helicoverpa* é composto por diversas espécies altamente destrutivas, devido a suas características biológicas (polifagia, alta fecundidade, alta mobilidade local das lagartas e migração das mariposas) que lhes permitem sobreviver em ambientes instáveis e adaptar-se a mudanças sazonais climáticas.

A ocorrência de lagartas do gênero *Helicover-*

pa na região do Cerrado foi observada a partir de fevereiro de 2012 em níveis populacionais nunca antes registrados, causando sérios prejuízos econômicos nas plantações de milho, algodão, soja, feijão comum, caupi, milho e sorgo. No país, há também relatos de ataques em tomate, pimentão, café e citros, dentre outras plantas.

Em 2013, foi declarada situação de emergência fitossanitária ao ataque da praga e, desde então, o Grupo de Gerenciamento Situacional da Emergência Fitossanitária, do qual a Adab faz parte, vem desenvolvendo ações e propondo medidas ágeas e eficazes para contenção da lagarta, em busca da normalidade e sustentabilidade do processo produtivo. (Ascom Adab)



# “Tratoraços” contra impostos abusivos unem agricultores na Bahia

Os agricultores do oeste baiano promoveram uma série de manifestações contra a cobrança do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), cuja alíquota é fixada em 2,1% da receita bruta do empreendimento agrícola. Para protestar contra o imposto, considerado abusivo, a categoria realizou “tratoraços” em diferentes rodovias que escoam a produção de grãos e fibra da região. O primeiro ato foi no último dia 9 de agosto, onde os produtores rurais uniram-se aos caminhoneiros e bloquearam um trecho da BA-242, no município de Luís Eduardo Magalhães, para chamar a atenção do governo federal em relação ao excesso de tributos pagos pelas classes produtivas. Na semana seguinte, os agricultores voltaram a

protestar em frente ao Complexo da Bahia Farm Show. O trânsito na principal estrada da região foi interrompido por cerca de duas horas, registrando um congestionamento de mais de 10 quilômetros. Segundo o vice-presidente da Aiba, Luiz Pradella, as mobilizações têm como objetivo sensibilizar o governo, principalmente os senadores que votarão, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal, o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 13/2017. “Esse PRS é de extrema importância para os produtores rurais, pois suspende a execução de dispositivos da Lei Orgânica da Seguridade Social (Lei

8.212/1991 – LOAS), regulamentadores da cobrança do Funrural”, comentou. A BA-225, em Formosa do Rio Preto, no seguimento que dá acesso à região produtiva da Coaceral, também foi interditada com tratores atravessado na pista. Os manifestantes só liberaram o tráfego após duas horas de bloqueio. Já no último dia 22, véspera da votação na CCJ, foi a vez dos produtores da região de Placas a manifestarem seu apoio à causa. Lá, os agricultores também bloquearam a via e pediram a aprovação do PRS nº 13.

As entidades do agronegócio são unânimes no posicionamento contrário à cobrança do Funrural. “Continuamos unidos e mobilizados ao que está acontecendo em Brasília. Queremos pressionar os parlamentares a corrigir a injusta cobrança do Funrural sobre o faturamento bruto, seja pela aprovação de emendas na Medida Provisória 793, seja pela PRS 13/2017, do Senado Federal. Tirar recursos dos produtores em forma de imposto não irá ajudar o país a sair da crise”, explica o presidente da Aprochama, Edson Fernando Zago, ressaltando que o setor foi o que mais contribuiu com a economia brasileira. Com o intuito de fortalecer o movimento, o Sindicato dos Produtores Rurais de Luís Eduardo Magalhães (SPRLEM) reforçou: “Queremos que a nossa indignação contra os altos impostos cobrados, principalmente para o setor agrícola, chegue à Brasília e pressione os parlamentares”. Agricultor há 16 anos na Coaceral, Carlo Reginato, acredita que a aprovação de mais este imposto pode inviabilizar a produção agrícola brasileira. “Trabalhamos em um negócio de risco, que depende de fatores climáticos. Trazer mais este imposto pode impactar ainda mais o setor, principalmente depois do aumento do diesel que já sobrecarrega a contratação de frete para trazer insumos ou escoar a produção”, argumenta. As manifestações pacíficas foram organizadas pelos agricultores e contaram com o apoio de todas as entidades de classe.

## Agricultores comemoraram aprovação, na CCJ, do Projeto que suspende o Funrural

Os agricultores do Brasil tiveram, na última quarta-feira (23), uma vitória na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal. Os senadores presentes aprovaram o Projeto de Resolução (PRS 13/2017) que suspende a cobrança do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural). O projeto foi aprovado por unanimidade, com 16 votos a zero. O PRS 13/2017 suspende a execução da lei 8.540/1992, que estabelecia uma alíquota de 2,1% sobre a receita da comercialização da produção. Em 2011, o STF já havia declarado que a cobrança era inconstitucional, por entender que há bitributação, já que os agricultores já recolhem a Previdência sobre a folha de pagamento. O texto defende a isonomia da lei para empregadores urbanos e rurais.

“Esta foi uma vitória importantíssima para o produtor rural. Agora, devemos ficar vigilantes e acreditar que os senadores não irão recorrer, pois acreditamos que eles não queiram prejudicar a classe que mais tem contribuído para alavancar a economia do País”, disse o vice-presidente da Aiba, Luiz Pradella. O projeto já havia entrado na pauta de votação outras duas vezes, mas foi retirado por falta de quórum e depois a pedido da senadora Simone Tebet (PMDB/MS), que solicitou vistas ao processo. No dia da votação, representantes da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba) e outras entidades de classe acompanharam a sessão da CCJ, em Brasília. A decisão tem caráter terminativo, mas os senadores ainda podem recorrer e levar a votação para o plenário do Senado Federal.



**PARABÉNS AOS SENADORES  
QUE DISSERAM SIM AO PRS 13/2017,  
VIABILIZANDO A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO BRASIL!**

JADER BARBALHO (PMDB)  
SIMONE TEBET (PMDB)  
MARTA SUPLICY (PMDB)  
JOSÉ MARANHÃO (PMDB)  
PAULO PAIM (PT)  
ANTONIO ANASTASIA (PSDB)  
FLEXA RIBEIRO (PSDB)  
CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB)

RONALDO CAIADO (DEM)  
LASIER MARTINS (PSD)  
WILDER MORAIS (PP)  
ANA AMÉLIA (PP)  
LÍDICE DA MATA (PSB)  
ARMANDO MONTEIRO (PTB)  
EDUARDO LOPES (PRB)  
CIDINHO SANTOS (PR)





# Para a Aiba, MP do Funrural não atende à demanda do setor, mas pode ser aperfeiçoada

A Medida Provisória 793/2017, que instituiu o Programa de Regularização Tributária Rural (PRR), foi publicada no último dia 8 de agosto, no Diário Oficial da União. O PRR trata do pagamento das dívidas acumuladas pelos produtores rurais pessoas físicas pelo não pagamento da Contribuição Social Rural (Funrural). A Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba) entende que é consenso que o texto da MP não atende à demanda do setor, mas acredita que ela poderá ser aperfeiçoada no Congresso para garantir o melhor atendimento a todos os setores envolvidos na cadeia produtiva.

Para a Aiba, questões como o prazo de adesão, o percentual para a adesão fixado em 4%, a obrigatoriedade de desistência dos recursos e ações judiciais, as irrisórias reduções de juros, multas de mora e honorários advocatícios, a inclusão do produtor pessoa jurídica e a possibilidade de escolha entre a folha de pagamento e a comercialização, ainda precisam ser debatidos após apresentação das emendas.

"Gostaríamos de lembrar que não se pode desconsiderar o fato de que, em sua maioria, o produtor rural deixou de pagar o imposto em virtude de estar amparado por liminares, lastreadas pela decisão de 2011 do Supremo

Tribunal Federal (STF), e que o passivo foi criado em decorrência disso", argumentou o presidente da Aiba, Celestino Zanella.

No dia 31 de julho, a Aiba divulgou nota apoiando o Projeto de Resolução no Senado (PRS) nº 13/2017 que suspende a cobrança do Funrural e que seria votado no dia 02 de agosto, mas que saiu da pauta na última hora. Representantes da Associação estiveram em Brasília e entregaram o documento para os senadores integrantes da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal que participou da votação que foi remarçada.

## HISTÓRICO FUNRURAL

Em 2011, o STF considerou o Funrural inconstitucional, decisão que beneficiou milhares de produtores rurais que ganharam liminares na justiça contra o tributo, gerando um passivo. Porém, no dia 30 de março de 2017, o STF mudou o entendimento e autorizou a cobrança. A partir daí, criou-se uma situação de incerteza e preocupação entre os produtores rurais no que se refere à cobrança e, principalmente, pela dívida acumulada durante o período de vigência da liminar.



# Aiba apoia Projeto de Resolução que suspende o Funrural

A Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba) vem, por meio de nota, oficializar seu apoio ao Projeto de Resolução no Senado (PRS) nº 13/2017 que suspende a cobrança do Funrural. Representantes da Aiba estarão presentes na votação e entregarão o documento para os senadores integrantes da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. Confira a íntegra da nota:

## NOTA OFICIAL AIBA FUNRURAL – PRS 13/2017 – CCJ SENADO

A Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba) acredita veementemente no bom senso dos senadores que compõem a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), no sentido de aprovar o Projeto de Resolução do Senado – PRS nº 13, que tem por objetivo estender a todos os produtores rurais brasileiros a decisão do STF tomada nos anos de 2010 e 2011 acerca da inconstitucionalidade do Funrural, e afastar em definitivo os comandos legais que estabelecem a base de cálculo, a alíquota e o fato gerador do tributo.

A entidade defende a aprovação do PRS nº 13/2017, de autoria da senadora Kátia Abreu, por entender que este é o único instrumento capaz de corrigir a indefinição legislativa que permeia o Funrural, trazendo segurança para que os agricultores do oeste baiano continuem produzindo e gerando empregos e divisas ao País.

Na defesa da juridicidade, boa técnica, validade e eficácia da mencionada medida, razão pela qual a Aiba reclama, de todos os senhores senadores integrantes da CCJ, o voto pela aprovação, sem emendas ou ressalvas, do PRS nº 13/2017, o que faz amparada na mais sincera e justa reivindicação dos produtores rurais do estado da Bahia.

Atenciosamente,

Celestino Zanella  
Presidente da Aiba



## Cejusc oferece mais segurança jurídica aos agricultores do Oeste



Importantes unidades, que também impactarão no setor agrícola da região, foram inauguradas em Barreiras, no mês passado, pelo governador da Bahia, Rui Costa. O presidente da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba), Celestino Zanella, e o presidente da Associação Baiana de Produtores de Algodão (Abapa), Júlio César Busato, acompanharam as entregas.

Entre as instalações está o Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos (Cejusc), no Fórum Tarcílio Vieira de Melo. A unidade tem como objetivo realizar a conciliação em feitos que já tramitam nas varas de competência Cível, de Família, de Consumo e Agrária. Para a presidente do Tribunal de Justiça, Maria do Socorro, o Cejusc é voltado, principalmente, para resolver conflitos agrários.

"Essa região é agrária e precisa de soluções. Qual a melhor forma de resolver isso rapidamente? Promovendo uma grande conciliação para que todos se entendam e resolvam essa situação. A justiça está aqui para ajudar", reforçou Socorro. Para Zanella, o Centro vai poupar tempo e garantir mais segurança jurídica aos agricultores da região. "Antes precisávamos ir a Salvador para resolver as questões jurídicas da propriedade. Agora, além de termos mais comodidade, podemos acompanhar mais de perto os processos e cobrar que sejam resolvidos de forma mais ágil", completou o presidente da Aiba.



### SEGURANÇA

Além do Cejusc, foram inaugurados o Distrito Integrado de Segurança Pública (Disep), que abrigará as Polícias Militar, Civil e Técnica, cada uma com um módulo independente de atendimento ao público; e um Centro Integrado de Telecomunicações (Cicom), que irá unificar as chamadas de emergência de 14 municípios da região, por meio do 190, e será responsável também pelo videomonitoramento das cidades da região.

Na ocasião, Rui destacou que o Cicom está ligado ao Centro de Operações e Inteligência,

em Salvador. "Queremos fortalecer as parcerias para ampliar o número de câmeras em Barreiras e nas outras cidades atendidas pelo centro. Isso, com certeza, vai aumentar a segurança pública", afirmou.

Segundo Busato, as unidades vão contribuir ainda mais para reforçar a segurança nas comunidades agrícolas da região. "É muito importante que a polícia se equipe e avance em tecnologia, dessa forma poderá agir com mais rapidez, como nos casos de roubos nas fazendas, contribuindo também com a Operação Safra", lembrou o presidente da Abapa.

## Valor da produção de 2017 é atualizado em R\$ 535,4 bilhões



O Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) de 2017 está estimado em R\$ 535,4 bilhões, 4,5% acima do obtido em 2016 (R\$ 512,5 bilhões). O VPB – reajustado com base nas informações de julho – foi divulgado, no dia 15 de agosto, pela Secretaria de Política Agrícola (SPA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

O resultado das lavouras corresponde a R\$ 367,9 bilhões e o da pecuária a R\$ 167,5 bilhões. O crescimento do valor real das lavouras é de 10,2%, enquanto o da pecuária apresenta recuo de 6,3%.

De acordo com o coordenador-geral de Estudos e Análises da SPA, José Garcia Gasques, como o ano agrícola está quase encerrado para a maior parte das lavouras, não deve haver mudanças acentuadas daqui até o fim do ano.

Enquanto no ano passado os preços agrícolas foram decisivos na formação do valor da produção, neste ano o fator mais importante na composição do valor é a produtividade. "Isso

acontece em função da safra recorde de grãos, estimada em 238,2 milhões de toneladas pela Conab, e de 242,1 milhões segundo o IBGE", analisa Gasques. A expansão de área e os preços têm importância menor na composição do valor de 2017.

De uma lista de produtos que têm apresentado resultados mais favoráveis, destacam-se o algodão, com aumento real de 75,6%, cana de açúcar (46,4%), laranja (25,2%), milho (19,3%) e soja (2,3%). O valor da produção de soja, de R\$ 115,6 bilhões, corresponde a 31,4% do VBP total, mas, segundo estudo da SPA, houve anos em que a participação foi maior, como em 2015 e 2016. Para o coordenador-geral de Estudos e Análises, pode-se dizer que milho, soja e cana de açúcar têm sustentado o crescimento do faturamento do setor.

Na pecuária, suínos e leite, que têm se beneficiado de aumento de preços ao produtor, são os principais destaques. Mas carne bovina, de frango e ovos têm tido retração de preços, o que re-

sulta em menor faturamento dessas atividades. Há um grupo de produtos das lavouras que vêm apresentando desempenho menos favorável na comparação com o ano passado. Isso se deve a menores níveis de produção ou de preços. Mas neste ano, para a maior parte do grupo, como banana, batata-inglesa, cacau, cebola, feijão e maçã, a principal razão da retração são preços menores na comparação com 2016. Em alguns, como café e trigo, há uma combinação de preços mais baixos e quantidades também menores.

Os valores da produção regional mostram a liderança do Sul, com o VBP de R\$ 141,3 bilhões, seguida pelo Centro-Oeste (R\$ 138,6 bilhões), Sudeste (R\$ 137,5 bilhões), Nordeste (R\$ 50,1 bilhões) e Norte (R\$ 32,5 bilhões). Os estados de São Paulo, Mato Grosso, Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás e Bahia, representam conjuntamente 70,5% do VBP neste ano. (Ascorm Mapa)



## Setor de agronegócio atrai profissionais de outras áreas

O agronegócio é um dos poucos setores da economia que estão em crescimento durante a crise econômica. Na Bahia, o agronegócio impulsionou o Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre deste ano, com crescimento de 30% em comparação com o ano passado. Os resultados geram otimismo em relação a oportunidades de negócios e empregos não só em áreas especializadas, mas também para profissões de outros setores.

A alta expressiva é reflexo de um resultado abaixo do esperado em safras anteriores, mas os especialistas afirmam que é o agronegócio que está garantindo o crescimento da economia baiana, que cresceu 0,3% no início de 2017. Os resultados do ano têm sido tão positivos que o IBGE ampliou a estimativa da safra de grãos para este ano. Em junho, a safra cresceu 8,1% em relação a maio. A expectativa é que mais de 6,5 mil novas vagas tenham sido geradas no segundo trimestre.

Além das vagas especializadas em setores técnicos para cada cultura, muitas vezes os profissionais deixam passar oportunidades em vagas mais gerais, por não pensarem no agronegócio como uma opção e nem nas vagas no interior do estado como oportunidades de crescimento, afirma o gerente da divisão de engenharia e logística da Talenses, Gabriel Almeida.

“Tem um próximo passo de crescimento no agronegócio como um todo. As empresas de agronegócio também vão precisar atrair profissionais em algumas áreas de conhecimento, que não necessariamente precisam de uma expertise no setor, mas na área de finanças, recursos humanos, tecnologia, entre outras”, diz o especialista. Uma das necessidades atuais de maior destaque é o setor de logística. Com uma supersafra de grãos em vista, serão cada vez mais necessários profissionais, sistemas e até empresas especializadas para atender a essa demanda. Com a especialidade em commodities, como soja, milho e algodão, também fica visível a internacionalização dos negócios, e a necessidade cada vez maior de profissionais com domínio do inglês.

Como uma empresa que produz quase 90% da matéria-prima que utiliza na indústria, na produção de derivados do coco, a agroindústria Finococo é um exemplo da diversidade de carreiras necessárias no setor da agroindústria. “Somos uma empresa completa. Apesar das raízes no campo, temos uma empresa verticalizada, porque produzimos e comercializamos todo o processo. Desde o técnico agrícola, o engenheiro agrônomo, até toda a área relacio-



nada a parte administrativa e a parte comercial, marketing e logística de entrega”, conta o CEO da Finococo, Kleber Alves.

Enquanto os números de desemprego aumentam nas capitais e regiões metropolitanas, os empresários do agronegócio reclamam da falta de profissionais qualificados para a contratação. “Falta profissional qualificado no mercado, principalmente nas cidades do interior, que historicamente são deficitárias em termos de recursos humanos qualificados”, afirma Kleber Alves. O empresário conta que é comum que as empresas dediquem muito esforço a formação e retenção de profissionais que precisam ser ajustados às necessidades específicas de cada cultura.

Outra área apontada pelo especialista em recursos humanos Gabriel Almeida como oportunidades para profissionais é o setor que está sendo chamado de Business Intelligence, que se refere ao processo de coleta, organização, análise, compartilhamento e monitoramento de informações que dão suporte a gestão dos negócios. “O profissional pode coletar dados meteorológicos, de produção, e combinar tudo isso em sistemas que criam indicações para melhorar a área de tomada de decisões, para que sejam pautadas em dados, e não em achismos, o que traz profissionalismo ao negócio como um todo”, diz Almeida.

### CHANCES PARA PEQUENOS

Para empreendedores que querem investir no setor do agronegócio, o crescimento também abre oportunidades para pequenos. Nem só de grandes plantações de soja vive o agronegócio baiano. Cerca de 84% das propriedades rurais brasileiras são consideradas de agricultura familiar. Segundo a coordenadora de agronegócios do Sebrae-BA, Adriana Moura, o setor apresenta tendências conectadas a novas formas de consumo local que podem servir de ideias a novos negócios. Uma

das principais tendências atuais é voltada para o perfil de consumidor que conecta a preocupação com a saúde ao interesse em conhecer mais sobre a procedência daquilo que é consumido.

Essa é uma tendência forte, segundo Adriana Moura, que pode ser aproveitada tanto no setor de orgânicos quanto para empresas que invistam na comunicação mais direta entre o campo e os consumidores. Isso abre um campo fértil também para empresas de certificação. “O consumidor hoje está muito mais voltado para a questão da qualidade de vida, isso passa pela preocupação com a origem do produto. Não só produtos orgânicos, mas também o aproveitamento de alimentos com menos açúcar, ou que trabalhem com ingredientes mais saudáveis”.

### TENDÊNCIA DO AGRONEGÓCIO

**Empregos** – Não só de empregos e profissões técnicas é feita a cadeia do agronegócio. Fazendas e agroindústrias também são empresas e precisam de profissionais de finanças, administração, contabilidade e logística, entre outros. Enquanto o desemprego é crescente nas capitais, negócios do setor têm dificuldade de encontrar profissionais qualificados

**Interiorização** – O interior da Bahia é um campo fértil de oportunidades. A Bahia tem segmentos de diversas culturas, concentradas em regiões específicas, como as culturas de grãos no oeste, a do cacau no sul, o Vale do São Francisco com a fruticultura e o extremo sul da Bahia com a cadeia de laticínios

**Tecnologia** – O crescimento do agronegócio também gera oportunidades para desenvolvedores de softwares, plataformas e aplicativos que propõem soluções para problemas recorrentes no setor através da tecnologia. [A Tarde]

## Zona de Processamento de Exportação vai agregar valor à produção agropecuária baiana



A FAEB – Federação da Agricultura e Pecuária da Bahia ressalta a relevância e a potencial contribuição do regime aduaneiro especial das ZPEs para a simplificação tributária, o fomento aos investimentos em infraestrutura, o incremento da competitividade das exportações, o aumento da cultura exportadora, a agregação de valor das exportações do agronegócio e para a desconcentração das exportações regionalmente. “Para o setor agropecuário, é indispensável que o Brasil tenha uma estratégia focada, dentre outras coisas, em ações de diferenciação e agregação de valor ao produto”, ponderou o presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e do Sistema FAEB, João Martins da Silva Junior.

Essas Zonas são destinadas à instalação de indústrias de que usufruem de tratamento tributário diferenciado: benefícios fiscais, cambiais e administrativos, previstos em lei específica. Hoje, para terem direito aos benefícios proporcionados pelas ZPEs, as empresas ali instaladas, têm o compromisso de exportação de 80%

da receita total. Como exemplo, citam-se os incentivos fiscais nas aquisições de insumos, maquinários e equipamentos; suspensão de tributos sobre bens e serviços nas compras no mercado interno (IPI, COFINS e PIS/PASEP); e, isenção de tributos na importação (IPI, COFINS, PIS/PASEP e AFRMM), entre outros benefícios. A CNA foi convidada a integrar o Grupo de Trabalho (GT) encarregado de apresentar propostas para o aperfeiçoamento do marco legal vigente para o regime das ZPEs, estabelecido pela Lei nº 11.508 de 2007. O GT realizou nove reuniões para debater e selecionar as propostas de aperfeiçoamento do marco legal das ZPEs. Posteriormente, as atas das referidas reuniões foram encaminhadas a todos os participantes. A discussão de aperfeiçoamento do regime das ZPEs ocorreu em um momento de grande movimentação por parte do Governo Federal para tornar o comércio exterior um elemento estratégico e permanente da agenda de crescimento econômico do Brasil. A CNA atuou como principal interlocutor do setor agropecuário brasileiro,

interagindo com as diversas cadeias produtivas e avaliando as propostas que podem, especificamente, atrair projetos agroindustriais com viabilidade econômica, fortalecendo os setores produtivos e incrementando a renda do produtor rural.

Ações de incentivo à exportação Durante a Bahia Farm Show deste ano, o vice-presidente da FAEB, Humberto Miranda, participou do Seminário de Apresentação do Regime Brasileiro de ZPE e discutiu com produtores da região possibilidade de criação de uma Zona de Processamento no oeste. Também está sendo planejada a realização deste seminário na região do extremo sul baiano para esclarecer as dúvidas dos produtores. Para debater com os produtores a importância da exportação de produtos agropecuários e os procedimentos para a conquista do mercado externo, a CNA em parceria com a Apex-Brasil e o Sistema FAEB, também já foi realizado no extremo sul, no município de Eunápolis, o Seminário de Comércio Exterior InterAgro – Rede Agropecuária de Comércio Exterior. (Ascom FAEB)



## Governo libera R\$ 100 milhões para o seguro rural



O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) anunciou a liberação de R\$ 100 milhões para a execução do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) deste ano. Os recursos beneficiarão prioritariamente as culturas de verão e frutas.

A autorização da liberação do valor foi feita pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e divulgada no Diário Oficial

da União por meio da portaria nº 250, de 1º de agosto de 2017. A medida vinha sendo negociada há dias pelo Mapa com a área econômica. "Em tempos de cortes de orçamento e de dificuldades financeiras, isso reflete a força do Mapa, liderado pelo ministro Blairo Maggi e a sensibilidade do presidente Michel Temer com relação à importância do agronegócio", salientou o secretário de Política Agrícola, Neri Geller. Até o primeiro semestre, foram destinados R\$

90 milhões para o pagamento de apólices de seguro rural das culturas de inverno, principalmente milho 2ª safra e trigo. O valor contemplou mais de 15 mil produtores, em uma área superior a 1 milhão de hectares. Para o próximo ano, o Mapa pediu um orçamento para o PSR de R\$ 550 milhões, de acordo com o Plano Agrícola e Pecuário 2017/2018, anunciado em 7 de junho deste ano, durante solenidade no Palácio do Planalto. (Mapa)

## Governo cria política para elevar participação do Brasil no mercado agrícola mundial



Ampliar a participação do país no comércio internacional de produtos agropecuários é o principal objetivo da estratégia estabelecida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) para promoção do agronegócio brasileiro, por meio de política pública específica, durante o período de 2019 a 2022.

O Brasil é um dos grandes produtores mundiais de alimentos, destacando-se, por exemplo, como exportador de soja (grão e farelo), carnes (aves, bovina e suína), açúcar, café e milho. No entanto, apenas cinco grupos de produtos concentram 82% das exportações agropecuárias brasileiras, que chegaram a US\$ 71,5 bilhões em 2016.

O setor agrícola representa, aproximadamente, 40% das exportações totais do país e cerca de 7% de participação no mercado mundial de produtos agropecuários. O grande desafio do governo na área agrícola é elevar esse índice para 10%.

"Pela primeira vez, se propõe, no Mapa, a metodologia para o estabelecimento de política de médio prazo para otimizar as negociações agrícolas internacionais", destaca o secretário da SRI, Odilson Luiz Ribeiro e Silva. O caminho para definir a estratégia foi publicado, nessa quinta-feira (27), no Diário Oficial da União, e terá contribuição dos setores público e privado para elaborar proposta de acesso a mercados, negociações não tarifárias e pro-

moção dos produtos do agro brasileiro.

A estratégia também deverá incentivar a abertura de novos mercados para os produtos brasileiros e consolidar a imagem do país como exportador de produtos de alta qualidade, inclusive ambiental, com base nos índices obtidos por meio do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

"Na verdade, em vez de executarmos as ações com planejamento de curto prazo, teremos previsibilidade, a médio prazo, para propiciar maior sinergia com outras instituições públicas e privadas que atuam com objetivos semelhantes", ressaltou o secretário. Espera-se ainda ampliar a participação de pequenas e médias empresas na exportação agropecuária brasileira. (Ascom Mapa)



## Definido o Valor da Terra Nua de Luís Eduardo Magalhães

A Comissão de Avaliação do Valor Terra Nua esteve reunida e fixou valores para fins de apuração do ITR no município de Luís Eduardo Magalhães. Para 2017, a comissão definiu os seguintes valores: lavoura aptidão boa R\$ 3.187,50; lavoura aptidão regular R\$ 2.125,00; silvicultura ou pastagem natural R\$ 1.806,25; já para as áreas de lavoura de aptidão restrita ou preservação da fauna ou flora não há cobrança.

O novo VTN de Luís Eduardo Magalhães será encaminhado à Secretaria da Receita Federal. O Valor de Terra Nua faz parte da declaração do Imposto Territorial Rural (ITR), tributo que incide diretamente nos custos dos produtores rurais. A Abapa foi representada na Comissão pela diretora Alessandra Zanotto, que acompanhou as deliberações. "Ficamos satisfeitos com os valores definidos pela Comissão da VTN, que estão condizentes com o mercado. Agradecemos o empenho dos representantes da prefeitura, em especial, ao secretário de finanças, Ricardo Knupp, que conduziu a reunião", disse Zanotto. O reajuste foi de



6,25% correspondente a 50% da taxa Selic. Também participaram da reunião Francisco Pereira Neto (CRECI), Ronei de Jesus Pereira (Sindicato dos Produtores Rurais de LEM), Paulo Roberto Gouveia (CREA), Odacil Ranzi (Aiba),

Ricardo S. Knupp (Secretaria de Finanças), Célio Donizetti Oliveria (Secretaria de Indústria e Comércio), Franco André Bosa (Secretaria de Agricultura) e Izabel Cristina Ceron de Paula (Secretaria de Meio Ambiente). (Ascom Abapa)

## Agricultores de Barreiras vão à prefeitura discutir o VTN



Representantes das principais entidades do agronegócio do oeste da Bahia se reuniram com representantes do poder público de Barreiras para tratar sobre o Valor da Terra Nua (VTN). A categoria reivindicou ao secretário municipal de Administração e Finanças, Marcelo Abreu, e ao coordenador de Tributos Fernando Fernandes, o ajuste do imposto à realidade praticada pelo mercado local.

Após se encontrarem com o secretário e o coordenador, os representantes da Aiba, Abapa, Acricioeste e SPRB, foram recebidos pelo prefeito de Barreiras, Zito Barbosa, para quem eles reforçaram o pedido. O gestor se comprometeu em analisar o pleito e voltar a discuti-lo em outra oportunidade.

## Tecnologia é a solução para produtividade da soja



A disseminação de tecnologias no processo de cultivo da soja pode ser a solução para impulsionar ainda mais a produtividade da soja, sem aumentar os custos de produção. O tema é abordado no estudo "A produtividade da soja: análise e perspectivas", que integra uma série de compêndios elaborados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). De acordo o documento, apesar dos investimentos em tecnologia feito nos últimos anos, o crescimento dessa cultura no país ocorreu principalmente pela incorporação de novas áreas ao processo produtivo. "Em relação à produtividade, no período avaliado de 40 anos até a safra

2015/16, a cultura global de soja atingiu um nível médio de produtividade que não tem mais avançado", diz o superintendente de Informações do Agronegócio da Conab, Aroldo de Oliveira Neto. "Nos três maiores produtores mundiais – Estados Unidos, Brasil e Argentina –, a marca de 3 mil kg/ha representa um patamar de produtividade média que não se consegue avançar de forma significativa. Então, é preciso pensar em alternativas para aumentar o rendimento", acrescenta Neto.

A análise mostra ainda que a soja atualmente pode ser cultivada em várias regiões do Brasil, em diferentes épocas, por meio de diferentes

sistemas de produção e novas fronteiras agrícolas, graças aos programas de melhoramento que desenvolvem cultivares que se adaptam às condições de solo e ambiente. Exemplos desse desenvolvimento agrícola são estados como o Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí e Bahia.

As alternativas para aumentar o rendimento, segundo o estudo, é o uso de máquinas mais eficientes, novos métodos de cultivo e cultivares resistentes a doenças. No entanto, o desafio será construir uma tecnologia que seja acessível ao ponto de ser viável para os produtores. (Conab)



## Projeto Conhecendo o Campo impressiona estudantes de Barreiras



Em meio ao sorriso registrado pelas fotos do celular, a estudante Helainy Sousa da Silva, 11, do 5º ano do ensino fundamental, não disfarçava a satisfação de estar pela primeira vez em uma colheita de algodão. “Só via algodão já pronto. Não sabia como fazia para ficar desse jeito”, explica ela, ao apontar para a fibra em uma bolsa já cheia. Helainy integrou o grupo de estudantes da Escola Municipal Padre Vieira, em Barreiras, que aprofundaram os conhecimentos sobre a cultura do algodão ao participar do projeto “Conhecendo o Campo” da Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa).

Além de simular a colheita do algodão, na Fazenda Modelo do Instituto da Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia (Iaiba), as crianças e adolescentes, na faixa entre 10 e 13 anos, conheceram o Laboratório de Entomologia e Fitotecnia, onde são estudadas novas formas de combater as principais pragas que assolam a cultura, a exemplo do Bicudo, Lagarta do Cartucho e a Falsa Medideira. O projeto visa evidenciar para as futuras gerações a importância da geração

econômica, social e ambiental da cadeia produtiva do algodão no oeste da Bahia. Para a estudante Ruth dos Santos Sateles, 11, foi tudo muito novo. “Foi uma experiência muito rica ao saber que o algodão serve para tantas coisas como o óleo de cozinha ou para desinfetante”. Por morar no Val do Boa Esperança, o plantio do algodão não é exatamente uma novidade para Mateus dos Santos, 14, do 7º ano, que ficou impressionado ao entrar no Laboratório de Entomologia. “Não sabia que tinha todo este cuidado para ter um algodão de qualidade”, conta. Ao apresentar a importância do algodão para a economia baiana, o presidente da Abapa, Júlio César Busato, ressaltou a importância do investimento em pesquisa e tecnologia. “O algodão é uma cultura complexa, principalmente pela quantidade de pragas, sendo necessário um manejo constante, desde o plantio à colheita, para garantir a qualidade da fibra”, explica ao enaltecer os ótimos resultados da última safra no oeste baiano, que gerou uma produtividade recorde de 310 arrobas de fibra de algodão/hectare. “Tivemos chuvas regulares e os agriculto-

res foram consistentes no uso de tecnologia adequada para o manejo principalmente do bicudo do algodão”, afirma.

Para a coordenadora pedagógica do Colégio Padre Vieira, Daniela Mariano, a participação dos estudantes no projeto “Conhecendo o Campo” ajuda a ampliar os conhecimentos. “Estamos trabalhando em sala de aula a relação entre o Meio Ambiente e a Sustentabilidade, sendo importante perceber como os agricultores da região estão se empenhando em produzir e gerar emprego, mas também conservando o meio ambiente”, explica ela, ao entender que os estudantes vão relacionar os conteúdos com a prática vivenciada na visita técnica.

Esta foi a segunda edição do projeto “Conhecendo o Campo” da Abapa, que no ano passado, sensibilizou cerca de 30 crianças do Colégio Estadual Octávio Mangabeira, para a importância da cotonicultura para a economia e desenvolvimento do oeste da Bahia. A ação contou com o apoio da Iaiba, Prefeitura de Barreiras por meio da Secretaria de Educação e do Fundeagro. (Araticum)

## Industriais asiáticos visitam lavou- ras e estruturas beneficiamento e classificação de algodão na Bahia

A Bahia foi a primeira parada da Missão Compradores 2017, expedição promovida pela Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa) para trazer representantes do mercado externo para conhecer o sistema de produção e a cadeia produtiva da fibra no Brasil. O estado é o segundo maior polo produtor do país e espera colher 846 mil toneladas de algodão em caroço – equivalentes a 347 mil toneladas de pluma – em seus 201,6 mil hectares de lavouras, na safra 2016/17. Em terras baianas, a visita foi organizada pela Associação Baiana dos Produtores de algodão (Abapa), que apresentou à comitiva, formada majoritariamente por industriais asiáticos e tradings, o nível de profissionalismo e os altos padrões operacionais do cerrado baiano, desde a lavoura até o beneficiamento e armazenagem, passando pela classificação da fibra por High Volume Instrument (HVI). Oriundos do Peru, Bangladesh, Paquistão, China, Vietnã, Turquia, Coreia do Sul e Índia, os visitantes conheceram a Fazenda Busato I, um dos modelos regionais na produção da fibra, pertencente ao Grupo Busato. Na fazenda, visitaram a beneficiadora Warpol, pertencente à família anfitriã. “É uma satisfação muito grande apresentar ao mundo o nosso jeito de produzir algodão, que é eficiente, produtivo e responsável. Mais que estreitar laços, a Missão nos ajuda a entender melhor as necessidades do mercado, ouvindo, diretamente dos nossos clientes, o que eles procuram. É sempre meio corrido, mas creio que deu para apresentar um panorama muito bom da cotonicultura do cerrado baiano”, diz o anfitrião da fazenda, César Augusto Tumelero Busato.

### REFERÊNCIA

A parada no estado incluiu passagem pelo pátio de armazenamento da trading Ecom e pelo Laboratório de Análise de Fibra da da Abapa, situado em Luís Eduardo Magalhães, a 900km de Salvador. O laboratório é referência em análise de qualidade de fibra no Brasil, com capacidade instalada para receber 18 mil amostras de algodão diariamente. De acordo com o presidente da Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa), Júlio César Busato, a Missão Compradores tem se mostrado estratégica para divulgar a cotonicultura brasileira no mercado consumidor da fibra nacional, ampliando o leque de compradores e fortalecendo a



imagem do algodão nacional.

“Essas pessoas são escolhidas a dedo pelas tradings, com base no potencial de negócios com o Brasil e na influência que detêm em seus países de origem. As missões têm trazido grandes resultados, já que muitos visitantes que ainda não eram comparadores de algodão brasileiro passam a ser, a partir do momento em que conferiram a magnitude da nossa produção”, afirma Busato. “Mais do que o incremento nos negócios com a Ásia, as visitas contribuem para mudar a falsa imagem que ainda existe acerca dos agricultores brasileiros, acusados de serem desmatadores e poluidores. Somos o oposto disso. Produzimos com qualidade, alta produtividade, rastreabilidade e sustentabilidade”, diz Busato. A diretora da Abapa, Alessandra Zanotto, destacou a oportunidade de conhecer melhor os anseios do mercado comprador como um dos reflexos positivos da Missão Compradores. “Com o que extraímos das conversas nesses dias, podemos tomar decisões mais acertadas.

Podemos inferir se devemos buscar novas variedades, se temos que encontrar sistemas de plantio ou de colheita diferentes, porque tudo isso impacta naquilo que eles realmente precisam e buscam em nosso produto”, conclui. Para o presidente da Abrapa, Arlindo de Azevedo Moura, a passagem pela Bahia é essencial para a missão. “A Bahia tem um algodão de características muito positivas, reconhecido pelos nossos clientes como excelente. O estado é contemplado pela natureza, o que se traduz em vantagem frente aos outros estados. Mas a Missão vende o algodão brasileiro como um todo, e hoje ele é um dos melhores do mundo. Nosso principal concorrente é o americano. Essa é a terceira Missão que fazemos, sempre com empresas e pessoas diferentes, o que nos permite levar mais longe a nossa mensagem, de que o Brasil é um grande player, que honra seus compromissos e ainda pode expandir muito, para atender à demanda mundial”, afirma Arlindo Moura. (Ascom Abapa)



# Reunião no Mapa abre um novo caminho para exportações via porto de Salvador



Com a finalidade de melhorar a logística de exportação do algodão baiano pelo porto de Salvador, a Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa) promoveu uma reunião, em São Paulo, com a empresa de exportação MSC (Mediterranean Shipping Company S.A), Madlog, o Terminal de Contêineres de Salvador (Tecon) e tradings envolvidas no processo. O encontro serviu para acertar estratégias que irão viabilizar a exportação da fibra via Salvador. Segundo o presidente da Abapa, Júlio César Busato, o porto de Salvador já opera com as exportações da safra de algodão produzida nos municípios da região oeste da Bahia, mas o custo da logística deve ser repensado. "A exportação já está sendo feita, mas estamos buscando formas de melhorar esse processo e diminuir o custo de logística para que o produtor consiga ter um ganho no fu-

turo. Estamos esperançosos com isso, e nos próximos dias deverá sair uma nova tabela de custos com melhores condições para os produtores baianos", afirmou Busato. Até então, o escoamento desta produção era feito pelo Porto de Santos (SP). A estratégia inicial é a de abrir uma porta via porto de Salvador para Turquia, Bangladesh e Paquistão através do escoamento da produção do algodão. O objetivo é que em um curto espaço de tempo o porto consiga atingir a meta de 12 mil containers, isso, apenas com a cadeia produtiva do algodão. "A princípio iremos exportar um volume que seja viável para o primeiro ano e aumentaremos gradativamente, para então, atingir a totalidade do algodão baiano, exportado via Salvador", explicou Guilherme Bonfim, superintendente de Desenvolvimento Agropecuário da Secretaria de Agricultura (Seagri).

Para o superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento na Bahia, Osana Setúval, o porto de Salvador "é o único no País que tem uma via expressa que liga a BR diretamente as docas, facilitando o acesso, o embarque e desembarque das cargas, agilizando, mais ainda, o processo de escoamento dos containers", afirmou Setúval. A nova operação via porto de Salvador é resultado de uma ação comercial desenvolvida pelo Ministério da Agricultura (Mapa), Seagri, Companhia das Docas da Bahia (Cocoba), Abapa, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia (Faeb), juntamente com o Tecon, empresa que administra as operações no porto. A ação abre um novo leque de possibilidades de utilização do porto de Salvador para exportação dos estados do Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), além de Minas Gerais.

PRODEAGRO - Programa para o desenvolvimento da agropecuária CNPJ: 05.071.320/0001-56						
SENHORES ASSOCIADOS						
Cumprindo disposições legais e estatutárias, vimos submeter a apreciação dos Senhores Associados, o Balanço Patrimonial e demais demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2016 e 2015.						
ATIVO	2016	2015	PASSIVO	2016	2015	
<b>Circulante</b>	<b>18.993.190</b>	<b>12.464.652</b>	<b>Circulante</b>	<b>12.250</b>	<b>233.848</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	15.092.856	12.103.055	Fornecedores	4.466	219.357	
Repasso de recursos	3.900.262	361.597	Obrigações trabalhistas e fiscais	7.784	14.491	
Outros créditos	72	0	<b>Não circulante</b>	<b>299.670</b>	<b>72.618</b>	
-	-	-	Obrigações trabalhistas e fiscais	299.670	72.618	
-	-	-	-	-	-	
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>79.090</b>	<b>0</b>	<b>Patrimônio Social</b>	<b>18.760.360</b>	<b>12.158.186</b>	
Imobilizado	79.090	0	Fundo Social	12.158.186	711.739	
-	-	-	Superávit (deficit) do Exercício	6.602.174	11.446.447	
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>19.072.280</b>	<b>12.464.652</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>19.072.280</b>	<b>12.464.652</b>	
DEMONSTRAÇÕES DOS SUPERÁVITS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015			DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015			
	2016	2015	EVENTOS	FUNDO PATRIMONIAL	SUPERÁVIT DO EXER.	TOTAL
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>17.980.980</b>	<b>12.966.446</b>	<b>Saldos em 31.12.2014</b>	<b>0</b>	<b>711.739</b>	<b>711.739</b>
Receitas de contribuição de conveniados	17.980.980	12.966.446	Transferência p/Fundo patrimonial	711.739	-711.739	0
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>17.980.980</b>	<b>12.966.446</b>	Superávit do Exercício	0	11.446.447	11.446.447
(-) Custos com Projetos de pesquisa e outros	-9.730.900	-962.055	<b>Saldos em 31.12.2015</b>	<b>711.739</b>	<b>11.446.447</b>	<b>12.158.186</b>
<b>Superávit/Déficit Bruto</b>	<b>8.250.080</b>	<b>12.004.391</b>	Transferência p/fundo patrimonial	11.446.447	-11.446.447	0
<b>Receitas(Despesas) das atividades</b>	<b>-1.596.905</b>	<b>-567.686</b>	Superávit do Exercício	0	6.602.174	6.602.174
Administrativas	-1.102.253	-386.784	<b>Saldos em 31.12.2016</b>	<b>12.158.186</b>	<b>6.602.174</b>	<b>18.760.360</b>
Outras Receitas e despesas	-494.652	-170.902	<b>DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA P/OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31.12.2016 E 2015</b>			
-	0	0	<b>Atividades Operacionais</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	
-	0	0	<b>SUPERÁVIT (DÉFICIT) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>6.602.174</b>	<b>11.446.447</b>	
-	0	0	Conciliação do lucro ao caixa operacional:			
<b>Superávit/Déficit antes do Resultado financeiro</b>	<b>6.653.176</b>	<b>11.446.705</b>	Depreciação e amortização	1.376	0	
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>-51.001</b>	<b>-258</b>	Impostos e juros provisionados	227.052	72.618	
Receitas financeiras	0	0	<b>(Aumento) redução nos ativos operacionais:</b>			
Despesas financeiras	-51.001	-258	Repasso de Recurso	-3.538.665	-361.597	
<b>Superávit/Déficit do Exercício</b>	<b>6.602.174</b>	<b>11.446.447</b>	<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>			
			Fornecedores	-214.891	219.357	
			Outros créditos	-72	0	
			Obrigações trabalhistas e fiscais	-6.707	14.491	
			Outras Obrigações	0	0	
			<b>(Aumento) redução nos passivos operacionais:</b>	<b>-221.670</b>	<b>233.848</b>	
			<b>Fluxo de Caixa das Atividades operacionais</b>	<b>3.070.267</b>	<b>11.391.316</b>	
			<b>Atividades de Investimento</b>			
			Aquisição de Imobilizado	-80.466	0	
			<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</b>	<b>-80.466</b>	<b>0</b>	
			<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:</b>			
			No início do período	12.103.055	711.739	
			No fim do período	15.092.856	12.103.055	
			<b>AUMENTO(REDUÇÃO)LÍQUIDA DE CAIXA E</b>	<b>2.989.801</b>	<b>11.391.316</b>	



## NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

**1. CONTEXTO OPERACIONAL:** O Programa para o Desenvolvimento da Agropecuária – Prodeagro "Entidade" é uma Entidade Civil autorizada pelo Decreto Estadual nº 14.500/2013, com fundo privado, personalidade jurídica própria, sem fins lucrativos, com duração por tempo indeterminado, cujo Conselho Gestor será constituído por representantes de Entidades privadas e públicas, todas ligadas ao setor produtivo agrícola. O Prodeagro tem por objetivo gerir os recursos depositados pelas empresas industriais, nos termos do Decreto Estadual nº 14.500/2013, sendo destinados para: (i) infraestrutura logística, para fins de escoamento e produção rural; (ii) irrigação, tecnologia, que vise ampliar a produtividade e a competitividade da produção rural no Estado da Bahia e; (iii) programas, projetos ou ações que visem o desenvolvimento socioeconômico e ambiental. De acordo com o Decreto Estadual nº 14.500 de 28 de maio de 2013, e concedido crédito fiscal nas aquisições internas junto a produtor rural não constituído como pessoa jurídica, credenciado pela Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Agricultura – SEAGRI, dos produtos agrícolas a seguir indicados, quando adquiridos com deferimento do ICMS e destinados à industrialização, corresponde ao valor resultante da aplicação sobre o valor de pauta fiscal dos seguintes percentuais: (i) soja: 2,04%; (ii) milho: 1,6% e; (iii) café 0,77%. Esta é a fonte exclusiva de receita da Entidade, podendo, eventualmente, auferir outras receitas, a exemplo de contribuições e receitas financeiras de aplicações. Conforme Estatuto, a Administração do Prodeagro será exercida por um colegiado, denominado Conselho Gestor, composto por representantes da Associação de Agricultores e Irrigantes do Oeste da Bahia ("AIBA"), da Associação Baiana dos Produtores de Algodão ("ABAPA"), da Fundação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento do Oeste Baiano ("FUNDAÇÃO OAB"), da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia ("SEAGRI") e da Secretaria de Infraestrutura ("SEINFRA"). As Entidades componentes do colegiado, responsáveis pela Administração do Prodeagro, deverão indicar um titular e um suplente para a composição do Conselho Gestor. Os membros indicados pelas Entidades que compõem o Conselho Gestor terão mandato de dois anos e poderão ser substituídos sempre que a Entidade que representam assim decidir, desde que a comunicação da substituição seja feita ao Conselho Gestor antes da publicação do Edital de Convocação da reunião do Conselho Gestor. Dentre os membros titulares do Conselho Gestor são eleitos 03 membros para formar a Diretoria Executiva do Prodeagro, os quais ocupam os cargos de Presidente do Conselho Gestor, Secretário e Tesoureiro. Estes membros eleitos são responsáveis pela administração do Prodeagro e não auferem remuneração pelo exercício dos cargos ocupados. Nos termos do Decreto nº 14.500, de 28 de maio de 2013, os incentivos fiscais entraram em vigor em 01 de junho de 2013, não havendo prazo definido para seu encerramento.

**2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: 2.1 Declaração de conformidade** – As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial ITG 2002 para Entidades Sem Fins Lucrativos. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, somente para companhias abertas. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Entidade em 09 de junho de 2017. **2.2 Base de mensuração** – As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros, quando aplicável, foram mensurados ao valor justo. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação** – Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Entidade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade atua, o Real, que é sua moeda funcional. Todas as demonstrações contábeis são apresentadas em Real, sem conversão dos centavos. **2.4 Estimações contábeis** – A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis referem-se aos custos dos projetos – nota explicativa 10 e despesas tributárias – nota explicativa 11.

**3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **3.1 Conversão de moeda estrangeira** – As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, quando aplicável, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados e os efeitos atribuídos na demonstração do resultado como receitas e despesas financeiras. **3.2 Instrumentos financeiros** **3.2.1 Ativos financeiros não derivativos** – A Entidade classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a seguinte categoria: disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. **(a) Ativos financeiros disponíveis para venda** – São ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como (i) empréstimos e recebíveis, (ii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iii) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Os ativos que possuem esta classificação são Repasses de recursos. **3.2.2 Caixa e equivalentes de caixa** – Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses ou com possibilidade de resgate imediato, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas no momento das avaliações. As contas garantidas, se utilizamos o termo "Empréstimos e Financiamentos", no passivo circulante. **3.2.3 Passivos financeiros não derivativos** – A Entidade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento, sendo realizada a baixa de um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **3.2.4 Impairment sobre ativos financeiros e ativos não financeiros** – Não há evidências de valor recuperável inferior ao registrado contabilmente para os principais ativos financeiros (Repasses de recursos). **3.3 Repasses de recursos** – Referem-se aos empréstimos e financiamentos para as Entidades que exercitam os projetos de pesquisa e destinam-se à realização de despesas em nome das Entidades executoras das referidas pesquisas, formalizados exclusivamente por meio de convênios. São inicialmente registrados neste grupo e são transferidos para o resultado, a título de custos com projetos, no momento das respectivas prestações de contas. **3.4 Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração** – Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. Eventualmente, em situação de alienação, o custo original de aquisição e depreciação acumulada são atribuídos ao resultado, bem como as receitas de alienação oriundas da operação; **(ii) Depreciação** – Itens do ativo imobilizado são depreciados tomando como base os critérios fiscais de depreciação, por taxas lineares, consideradas como apropriadas pela Administração da Entidade. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são de 10 anos para móveis e utensílios, máquinas e equipamentos; 5 anos para equipamentos de informática e "Financiamentos"; no passivo circulante avaliada a vida útil dos bens, sendo que o prazo mínimo de utilização é de 5 anos. **3.5 Fornecedores** – As contas a pagar aos fornecedores são obrigações decorrentes das atividades habituais da Entidade, cujo pagamento é devido no período de até um ano, portanto, apresentadas em circulante. Estas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. **3.6 Obrigações trabalhistas e fiscais** – As obrigações são reconhecidas em regime de competência, classificadas em circulante devido ao curto prazo de exigibilidade, em conformidade com a legislação vigente, apresentadas pelo valor justo. Os saldos mantidos em não circulante tem origem em provisões contábeis, ainda sem previsão efetiva de recolhimento. **3.7 Fundo social** – Composto pelo superávit acumulado em período anterior, apresentadas em seu valor histórico. Não houve dotação inicial para a execução das atividades da Entidade. **3.8 Reconhecimento das receitas de contribuições e custos dos projetos** – (a) A Entidade tem como principal fonte de receita as contribuições equivalentes ao crédito fiscal do ICMS, conforme regulado pelo Decreto Estadual nº 14.500/2013, cujos valores são creditados ao programa mensalmente, quando do recolhimento dos impostos por empresas industriais. Não é de responsabilidade do Prodeagro a função de controle e cobrança dos valores a serem recolhidos pelos conveniados em nome do Programa. Desta forma, as contribuições das empresas industriais (fonte exclusiva de receita) somente são conhecidas e registradas pela Entidade à medida que ocorre a identificação de tais créditos em sua conta bancária, contudo, os recolhimentos são efetuados mensalmente, portanto, em regime de competência. **(b) Os custos com projetos** são apropriados em função das prestações de contas realizadas pelas Entidades executoras dos projetos, pelo regime de competência; **(c) As receitas financeiras** são reconhecidas como fontes de recurso, de acordo com ITG 2002. **3.9 Despesas administrativas e tributárias** – Representam os gastos relacionados às atividades administrativas da Entidade, reconhecidos em regime de competência, inclusive despesas de ordem tributária. **3.10 Despesas financeiras** – As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros. Tem origem principalmente na atualização do CoFins e CSLL. **3.11 Subvenções governamentais e apuração dos impostos** – Dada a sua característica de atuação, sendo uma Entidade sem fins lucrativos, portanto, isenta de tributação, considerando as receitas auferidas do incentivo fiscal de ICMS. Em relação as receitas financeiras, foram imputados IRRF, CSLL e CoFins. **4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** – Os saldos ficaram da seguinte forma: **Caixa:** Em 2015: R\$ 0 e Em 2015 R\$ 0. **Bancos:** Em 2014: R\$ 711.739 e Em 2015: R\$ 2.682. **Aplicações financeiras:** Em 2014: R\$ 0 e Em 2015: R\$ 12.100.373. As aplicações financeiras são remuneradas com base no CDI, sem restrições de resgate e mantidas junto ao Banco do Nordeste. O saldo será utilizado mediante execução dos convênios firmados pela Entidade. **4. REPASSE DE RECURSOS:** Os saldos ficaram da seguinte forma: **Abapa:** Em 2014: R\$ 406.079 e em 2015: R\$ 462.690. **Abraça:** Em 2014: R\$ 0 e em 2015: R\$ 0. **Aiba:** Em 2014: R\$ 12.180 e em 2015: R\$ 102.409. **Fundação Bahia:** Em 2014: R\$ 0 e em 2015: R\$ 0. **IMOBILIZADO:** O saldo total líquido dos bens (Custo de aquisição menos Depreciação acumulada) ficaram em 2014: R\$ 1.405.583 e em 2015: R\$ 2.055.218. A depreciação do exercício de 2014 montou em R\$ 94.300 e de R\$ 110.520 em 2015 sendo apropriada como despesa operacional. **6. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS** Os saldos das obrigações compreendem em 2014: R\$ 8.477 e em 2015: R\$ 19.012. **7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO:** O Patrimônio da Entidade se constitui por contribuições e doações dos conveniados ou de terceiros, sendo que os fundos disponíveis serão aplicados ou depositados, ou ainda, destinados a projetos que estejam de acordo com os objetivos estabelecidos no estatuto, a critério do Conselho Gestor, desde que vinculados aos objetivos do PROALBA. A Entidade não distribui resultados, dividendos, bonificações ou quaisquer outras vantagens, sob nenhuma forma ou pretexto, a seus insituidores, mantenedores, dirigentes e conselheiros; e aplica integralmente as suas rendas e eventuais resultados operacionais no cumprimento do seu objeto estatutário. **8. SALDO COM PARTES RELACIONADAS:** Conforme orientação de divulgação do CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, a Entidade mantém operações com partes relacionadas, decorrentes dos projetos executados através de convênios celebrados com Associações. O Fundações que fazem parte do Conselho Gestor do FUNDEAGRO. A seguir estão resumidos os valores dos gastos com projetos associados aos convênios celebrados com partes relacionadas. O montante total representa 94% dos gastos incorridos no exercício de 2015: R\$ 3.523.602 da Fundação Bahia; R\$ 3.164.654 da Abapa; R\$ 910.741 da Aiba. Os projetos executados através de convênios são aprovados pelo Conselho Gestor do FUNDEAGRO e após execução pelo convênio existe a prestação de contas dos gastos incorridos. **9. CUSTOS COM PROJETOS DE PESQUISA:** Os custos totais em 2014 foram de R\$ 8.182.559 e em 2015 foram de R\$ 8.078.996. **10. DESPESAS COM PESSOAL:** As despesas totais com pessoal em 2014 foram de R\$ 209.097 e em 2015 foram de R\$ 225.868. **11. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS:** O total de despesas administrativas ficaram em 2014 - R\$ 389.545 e em 2015 - R\$ 352.539. **12. COBERTURA DE SECUROS:** Em 31 de dezembro de 2015 a Entidade possui cobertura de seguro contratada com a administração pública para garantir a segurança de seu ativo imobilizado. **13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS:** Em 31 de dezembro de 2015, o valor dos instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial, se aproxima do valor de mercado. Não tem sido política da Entidade operar com derivativos ou outras aplicações de alto risco.

Barreiras – BA, 09 de Junho de 2017.

Júlio César Busato  
Diretor Presidente

Cristiano Kuhn  
CRC-BA 024094/O - Contador

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
Insc. S/S do  
PROGRAMA PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA – PRODEAGRO  
Barreiras (BA)

**Opinião** - Examinamos as demonstrações contábeis do Programa para o Desenvolvimento da Agropecuária – Prodeagro, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Programa para o Desenvolvimento da Agropecuária – Prodeagro em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos otimismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundar nossa opinião. O risco de distorção de distorção de fraude resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o uso de burras e controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se estas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Cuiabá/MT, 09 de Junho de 2017

Prado Suzuki & Associados S/S  
CRC-MT - 000214/O

Dario Suzuki  
Contador CRC-MT 006444/O-7

Bruno da Silva Martins  
Contador CRC-MS 009050/O-6 T-MT